

Eficiência Energética nas Instituições Particulares de
Solidariedade Social de Oeiras, Cascais e Sintra

O Projecto "IPSS OCS"



Ficha Técnica

Título:

Eficiência Energética nas Instituições Particulares de Solidariedade Social de Oeiras, Cascais e Sintra – O Projecto “IPSS OCS”

Autoria:

CORDEIRO, Jorge

PAIS, Fernando

ROSÁRIO, Catarina

Data: Junho de 2014

Depósito Legal: 377340/14

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica conta já com cinco edições, tendo vindo a ser implementado desde 2007. Na sua quarta edição, o PPEC 2011-2012 contou com uma nova participação da OEINERGE, tendo a medida apresentada “IPSS-OCS” merecido a aprovação da ERSE.

A medida “IPSS OCS” incide em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), entidades que realizam um trabalho cujo mérito é mais do que reconhecido pela sociedade, visando auxiliar a população que necessita de apoio, através de respostas sociais a crianças, adultos, população envelhecida, pessoas portadoras de deficiência e outras pessoas carenciadas que integram a nossa sociedade. É nesta população onde se regista a maior jazida de ineficiência energética, muito ligada a situações de pobreza energética, condições socioeconómicas desfavorecidas e infoexclusão, registando-se assim falhas de mercado e barreiras à tomada de decisões eficientes.

A medida “IPSS OCS” visou não só a realização de diagnósticos energéticos, cujo resultado foram Planos de Redução do Consumo Eléctrico, como também as Agências de Energia envolvidas efectuaram a sensibilização e esclarecimento necessários junto dos responsáveis pelas Instituições de forma a garantir que foram aplicadas as medidas identificadas que promovam a redução do consumo.

A medida “IPSS OCS” é assim muito relevante pois permite combater as falhas de mercado que condicionam a tomada de decisões eficientes nos grupos sociais em que estas falhas são mais relevantes. Como consequência os benefícios obtidos são superiores e por esta via consegue-se conciliar a dimensão de valia económica do PPEC com os aspectos de valia social associados à protecção dos consumidores vulneráveis.

ERSE

As agências de energia têm um papel importante a desempenhar junto da comunidade no que à sustentabilidade energética diz respeito. Enquanto associações sem fins lucrativos, compete-lhes trabalhar de forma isenta e credível para auxiliar os municípios onde actuam a adoptar estratégias de promoção da eficiência energética. Nada se faz sem consumo de energia, e portanto resta-nos procurar os mecanismos mais eficientes para responder às nossas necessidades.

As instituições particulares de solidariedade social são parceiros fundamentais para a coesão da sociedade, desempenhando muitas vezes um esforço difícil de quantificar para prestar as respostas sociais que a sociedade requer. As restrições financeiras são geralmente consideráveis, e os gastos energéticos têm um peso importante no balanço mensal das IPSS.

Faz, portanto, absoluto sentido colocar as agências de energia a colaborar com as IPSS. Foi com este intuito que surgiu a candidatura ao PPEC 2011/2012 lançado pela ERSE, que adoptou o nome “IPSS OCS”, representando as iniciais dos três concelhos vizinhos onde se inseriu: Oeiras, Cascais e Sintra. A OEINERGE, Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, foi a entidade promotora da medida, constituindo uma equipa de trabalho em parceria com as agências de energia de Cascais (AMEC) e Sintra (AMES).

O objectivo do projecto “IPSS OCS” passou pela realização de 33 diagnósticos energéticos em IPSS, de forma a munir as instituições de um plano de racionalização energética que lhes apresentasse um conjunto de soluções, personalizadas, visando auxiliá-las a otimizar o consumo de energia nas suas instalações, em particular no que respeita à energia eléctrica.

Esta publicação reúne todos os elementos associados à concretização do trabalho, procurando apresentar os conhecimentos adquiridos, e conclusões retiradas, de forma a servir enquanto instrumento de partilha de informação e experiência.

Jorge Reis Cordeiro
(OEINERGE – Promotor do Projecto)

Índice

Mensagens de Abertura	3
Capítulo I: <u>Enquadramento</u>	7
O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – PPEC	9
Entidades Envolvidas no Projecto	18
Candidatura da Medida	22
Seleção das IPSS	22
IPSS Envolvidas	23
Capítulo II: <u>Execução da Medida</u>	39
Metodologia	41
Sessões de Esclarecimento	42
Capítulo III: <u>Resultados e Avaliação da Medida</u>	45
Medidas Identificadas	47
Poupanças Estimadas	53
Inquéritos de Avaliação	53
Resumo de Indicadores	55
Seminário Final do Projecto	56
Capítulo IV: <u>Divulgação da Medida</u>	59
Capítulo V: <u>Conclusões</u>	65
Conclusões e Efeitos Multiplicadores da Medida	67
Agradecimentos	69

Índice de Siglas

AMEC	Agência Municipal de Energia de Cascais
AMES	Agência Municipal de Energia de Sintra
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
PPEC	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica

Capítulo I



Autor: Eduardo Silva (CERCIOEIRAS)

Capítulo I: Enquadramento
O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – PPEC
Parceiros do Projecto
Candidatura da Medida
Seleção das IPSS
IPSS Envolvidas

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – PPEC

A evolução na regulação e liberalização dos mercados da electricidade e do gás natural tem levado a uma maior eficiência no lado da oferta de energia. No entanto, no que respeita ao lado da procura, continuam a existir inúmeras barreiras ao aumento da eficiência no consumo de energia, nomeadamente quanto à participação das empresas de energia em actividades de eficiência energética.

Importa reconhecer que a primeira forma de promover a eficiência no consumo de energia eléctrica é através da definição de tarifas que reflectam, por um lado, todos os custos do sector eléctrico e por outro lado, internalizem todos os custos ambientais e sociais causadas pelas actividades desenvolvidas ao longo da cadeia de valor do sector eléctrico. Desta forma induz-se uma utilização racional da energia eléctrica e dos recursos associados.

O reconhecimento da existência de diversas barreiras à adopção de equipamentos e hábitos de consumo mais eficientes por parte dos consumidores, bem como a eventual existência de externalidades ambientais não reflectidas nos preços dificultam ou impedem a tomada de decisões eficientes pelos agentes económicos, justificando a implementação de medidas de promoção da eficiência no consumo e a dinamização do mercado de produtos e serviços de eficiência energética.

Na figura seguinte apresentam-se algumas destas barreiras de mercado e as soluções habitualmente adoptadas.

Problemas	Remédios
Incapacidade de avaliar correctamente os custos e benefícios	Serviços de energia, auditorias, casos exemplo de boas práticas, formação técnica
Dificuldade de financiamento	Serviços financeiros, contratos de desempenho energético, subsídios
Escassez de oferta de soluções mais eficientes	Divulgação de soluções inovadoras, promoção de projectos piloto, normalização dos produtos, classificação energética
Externalidades ambientais	Internalização (CELE, p.e.), taxas ambientais, incentivos fiscais, marketing da sustentabilidade

Reconhecendo esta situação, no âmbito das suas atribuições e obrigações estatutárias⁽¹⁾, a ERSE estabeleceu no Regulamento Tarifário do sector eléctrico

¹ Os Estatutos da ERSE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de Abril, estabelecem a obrigatoriedade da ERSE contribuir para melhorar o desempenho ambiental das empresas que operam no sector energético (electricidade e gás natural) e de contribuir para uma utilização eficiente dos recursos.

um mecanismo competitivo de promoção de acções de gestão da procura, designado por Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica, visando o cumprimento dos objectivos de eficiência energética já identificados.

O PPEC tem como objectivo a promoção de medidas que visam melhorar a eficiência no consumo de energia eléctrica, através de acções empreendidas pelos comercializadores, operadores de redes, entidades de promoção e defesa dos interesses dos consumidores de energia eléctrica, agências de energia, universidades e centros de investigação, destinadas aos consumidores dos diferentes segmentos de mercado. As acções resultam de medidas específicas propostas pelos promotores anteriormente referidos, sujeitas a um concurso de selecção, que permite seleccionar as melhores medidas de eficiência energética a implementar pelos promotores, tendo em conta o orçamento anual do PPEC disponível.

Na sequência da celebração, em maio de 2011, do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica entre o Estado Português, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, e em cumprimento dos compromissos aí assumidos no sentido da revisão dos mecanismos de incentivo à eficiência energética, o Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro, que reviu e operou a republicação do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, veio estabelecer que o processo de valorização e selecção das medidas de promoção da eficiência no consumo de energia, ao abrigo de planos de promoção de eficiência no consumo previstos no Regulamento Tarifário, deve ser objecto de coordenação com os restantes instrumentos de política energética.

O referido Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro, veio ainda prever que o membro do Governo responsável pela área da energia aprova, mediante portaria, regras de valorização, hierarquização e selecção das medidas de eficiência no consumo de energia.

Assim foi publicada a Portaria n.º 26/2013, de 24 de Janeiro, que estabelece regras sobre os critérios e procedimentos de avaliação, a observar na selecção e hierarquização das candidaturas apresentadas aos concursos realizados no âmbito do PPEC, prevendo designadamente, em paralelo com a avaliação de candidaturas, já efectuada pela ERSE, a apreciação das referidas candidaturas,

pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, à luz de critérios de política energética, nomeadamente relacionados com outros mecanismos e instrumentos de política energética.

Neste contexto a ERSE adaptou as Regras do PPEC através da Directiva ERSE n.º 5/2013, de 22 de Março.

As medidas candidatas ao PPEC são sujeitas a um concurso de selecção, cujos critérios estão definidos nas Regras do PPEC aprovadas pela Directiva da ERSE n.º 5/2013, de 22 de Março, e na Portaria n.º 26/2013, de 24 de Janeiro.

As regras previstas para o concurso permitem seleccionar as melhores medidas de eficiência energética a implementar, tendo em conta critérios objectivos que permitem maximizar os benefícios do programa para o orçamento disponível.

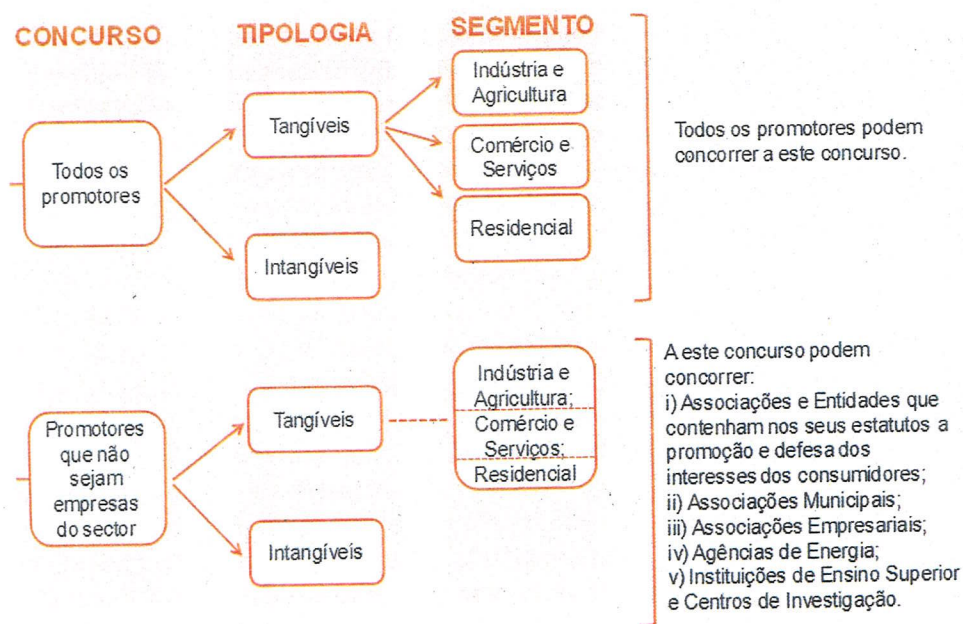
As medidas de eficiência no consumo de energia eléctrica que serão contempladas no PPEC deverão promover a redução do consumo de energia eléctrica ou a gestão de cargas, de forma permanente, que possam ser claramente verificáveis e mensuráveis, não devendo o respectivo impacto na poupança de energia ter sido já contemplado noutras medidas específicas. Por gestão de cargas entendem-se as medidas que permitam uma redução dos custos de fornecimento, sem que isso envolva necessariamente a redução de consumos, nomeadamente a transferência de consumos em períodos de horas de ponta e/ou cheias para os períodos de vazio. São igualmente consideradas medidas de informação e de divulgação que, muito embora não tenham impactos directos mensuráveis, são indutoras de comportamentos mais racionais e permitem a tomada de decisão mais consciente pelos visados no que diz respeito à adopção de soluções mais eficientes no consumo de energia eléctrica.

É comum considerar-se o efeito de permanência ou arrastamento deste tipo de incentivos, caracterizado pelo conjunto de decisões ou comportamentos posteriores ao incentivo, mas que resultam deste, ou seja, pode considerar-se que mesmo depois de retirado o incentivo o consumidor tomará decisões mais informadas e manterá os comportamentos induzidos pela medida. Assim, interessa abranger um número elevado de consumidores, confiando nesse efeito de arrastamento dos benefícios não materiais destas medidas.

A maximização da relação benefício-custo dos fundos do PPEC deve, em virtude do seu efeito multiplicador e de transformação do mercado, promover um aproveitamento voluntário das medidas de eficiência no consumo mais custo eficazes, permitindo alcançar os maiores benefícios sociais com os menores recursos.

Os recursos afectos ao PPEC são limitados, pelo que na escolha de medidas a aprovar devem ser privilegiadas as medidas que não seriam concretizadas caso não existissem os incentivos fornecidos pelo PPEC, ou seja, aquelas medidas que efectivamente contribuem para a “eliminação” de uma barreira de mercado.

São previstos dois tipos de concursos, respectivamente ao universo de todos os promotores e a promotores que não sejam empresas do sector eléctrico:



No âmbito do PPEC promovem-se medidas tangíveis e intangíveis. As medidas tangíveis consistem na instalação de equipamento com um nível de eficiência superior ao standard de mercado, conseguindo-se assim reduções de consumo mensuráveis. As medidas intangíveis consistem na disseminação de informação acerca de boas práticas no uso eficiente de energia eléctrica, visando promover mudanças de comportamentos.

A frequência de candidatura ao PPEC é bienal, podendo as medidas intangíveis ter uma duração de implementação variável de 1 ou 2 anos e as medidas tangíveis uma duração de 2 anos.

As medidas de eficiência no consumo tangíveis são classificadas no PPEC por segmentos de mercado, o que permite afectar as medidas propostas a cada um destes segmentos. Esta classificação visa permitir a repartição do incentivo destinado às medidas tangíveis pelos referidos segmentos, garantindo deste modo que todos os segmentos de mercado serão abrangidos pelo PPEC. Dado que os incentivos do PPEC se repercutem nas tarifas de energia eléctrica, nomeadamente, na tarifa de Uso Global do Sistema, paga por todos os consumidores de energia eléctrica, é necessário garantir que todos os consumidores tenham a possibilidade de ser abrangidos pelas medidas adoptadas ao abrigo do PPEC.

As medidas tangíveis são classificadas de acordo com os seguintes segmentos de mercado:

- Indústria e agricultura.
- Comércio e serviços.
- Residencial.

O financiamento de medidas de eficiência no consumo obriga a uma avaliação rigorosa de todos os custos e benefícios que essas medidas representam do ponto de vista social, isto é, do ponto de vista dos consumidores, das empresas participantes e da sociedade.

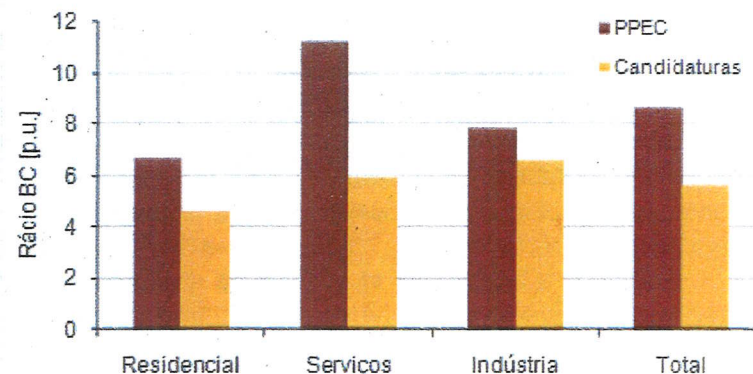
A selecção das medidas para o PPEC resulta da hierarquização obtida, por tipologia e segmento de mercado. As medidas são seleccionadas de modo a maximizar a qualidade económica do programa.

A metodologia de seriação das medidas de eficiência no consumo baseia-se num conjunto de critérios técnico-económicos, cujo objectivo é seleccionar as medidas de eficiência no consumo que apresentem, entre outros critérios, maiores rentabilidades económicas, abranjam uma grande diversidade de consumidores e apresentem um carácter inovador. Estes critérios são diferenciados consoante o tipo de medida: tangível ou intangível.

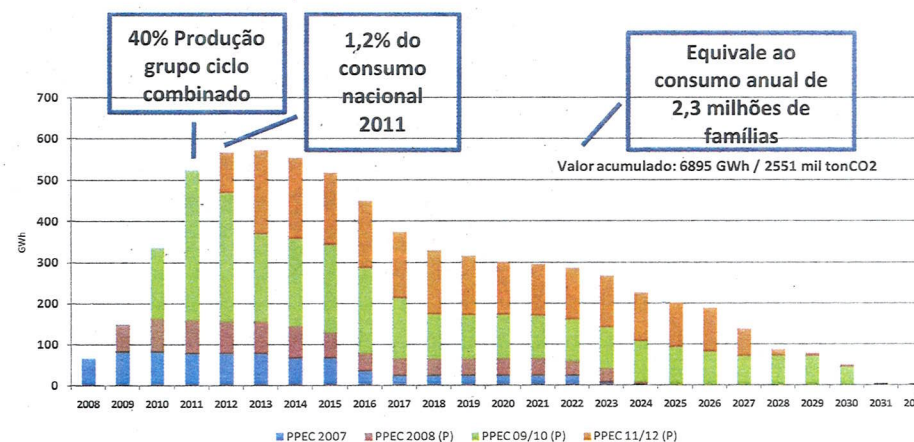
As medidas intangíveis são seriadas dentro de cada concurso (todos os promotores e promotores que não sejam empresas do sector eléctrico), dando origem a duas listas ordenadas, por mérito decrescente, de medidas elegíveis. As medidas de eficiência no consumo intangíveis são hierarquizadas por ordem decrescente de mérito, de acordo com os seguintes critérios e pontuação: (a) qualidade da apresentação das medidas (25 pontos); (b) capacidade para ultrapassar barreiras de mercado e efeito multiplicador (31 pontos); (c) equidade (20 pontos); (d) inovação (12 pontos); (e) experiência em programas semelhantes (12 pontos).

As medidas tangíveis são seriadas dentro de cada concurso e por segmento de mercado dando origem a quatro listas ordenadas, por mérito decrescente, de medidas elegíveis. Para avaliar a valia social de cada medida tangível, é efectuado o teste social, que consiste em calcular o Valor Actualizado Líquido (VAL) do ponto de vista social. Apenas as medidas do tipo tangível que apresentem um VAL positivo são elegíveis para financiamento ao abrigo do PPEC. Após a avaliação da valia social das medidas de eficiência no consumo tangíveis, estas são hierarquizadas por ordem decrescente de mérito, de acordo com os seguintes critérios técnico-económicos e pontuação: (a1) rácio benefício-custo proporcional (45 pontos); (a2) rácio benefício-custo ordenado (25 pontos); (b) risco de escala (15 pontos); (c) peso do investimento em equipamento no custo total da medida (15 pontos).

A título de exemplo na figura seguinte compara-se o rácio benefício-custo do conjunto de medidas que integram o PPEC 2011-2012 com o rácio benefício-custo do conjunto de medidas apresentadas ao concurso. A métrica de avaliação utilizada permite aumentar em cerca de 52% os rácios benefício-custo do programa permitindo assegurar aos consumidores de energia eléctrica a maximização da recolha de benefícios por unidade de custo do PPEC.

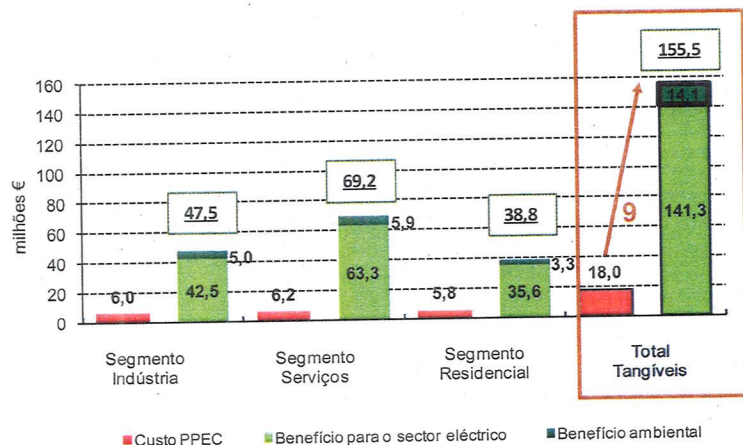


As diversas edições do PPEC têm gerado poupanças de energia eléctrica significativas conforme apresentado na figura seguinte. Em 2012 estas poupanças representam cerca de 1,2% do consumo nacional de electricidade o que corresponde a cerca de 40% da energia eléctrica produzida por um grupo de ciclo combinado.



O consumo evitado com a implementação das medidas aprovadas nas 4 edições do PPEC atinge em 2013 o seu valor máximo (573 GWh), representando 1,2% do consumo nacional previsto para 2011.

Na figura seguinte apresentam-se os custos e benefícios do PPEC 2011-2012 por segmento de consumo, verificando-se que os benefícios excedem de forma considerável os custos, importando salientar particularmente os segmentos do comércio e serviços e a indústria. Importa acrescentar que os benefícios gerados são essencialmente justificados pelos custos evitados dentro do sector eléctrico e em menor proporção pelas externalidades ambientais, situação que demonstra que os atuais preços da electricidade reflectem a globalidade dos impactes ambientais.



Por último, importa reconhecer que a promoção de medidas de eficiência no consumo de energia eléctrica contribui para valorizar as três dimensões que orientam a política energética europeia e dos seus estados membros, a saber: concorrência, segurança de abastecimento e sustentabilidade.

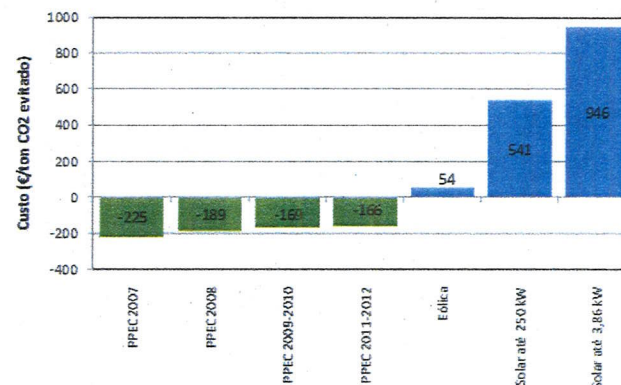
A dimensão da concorrência é valorizada na medida em que a implementação de medidas de eficiência energética e de gestão da procura contribui, por um lado, para a existência de situações de excesso de oferta face à procura necessária, com reflexos ao nível da redução dos preços e por outro lado, para o aumento da elasticidade procura-preço designadamente entre períodos horários conduzindo a uma melhor utilização dos recursos do sector eléctrico.

A segurança de abastecimento é também valorizada na medida em que a implementação de medidas de eficiência no consumo contribui para reduzir a produção de energia eléctrica pelas centrais térmicas de custos variáveis mais

elevados, designadamente queimando gás natural, situação que origina menores importações de energia primária, contribuindo para a redução da dependência energética de Portugal e da Europa de países terceiros.

Por último a sustentabilidade é também valorizada uma vez que a redução do consumo de energia eléctrica associada à implementação de medidas de eficiência no consumo origina necessariamente reduções na queima de combustíveis nas centrais térmicas de tecnologia marginal e consequentemente menores emissões de gases com efeito estufa (CO₂).

Adoptando esta última dimensão, compara-se na figura seguinte o custo incorrido pelo sector eléctrico na redução de emissões de CO₂ através de acções do lado da oferta e do lado da procura. Do lado da oferta destacam-se as intervenções ao nível do investimento em geração de electricidade a partir de fontes energéticas renováveis como sejam a eólica ou a energia solar, apresentando-se na figura os sobrecustos líquidos das externalidades ambientais evitadas por estas tecnologias. Estes valores são calculados tendo por base os preços administrativos garantidos que têm vindo a ser pagos à produção em regime especial e preços de energia eléctrica no mercado organizado de 50€/MWh, valor utilizado também na valorização das medidas do lado da procura. Do lado da procura destacam-se os benefícios sociais líquidos das quatro edições do PPEC. Verifica-se que a opção pela implementação de medidas de eficiência no consumo de energia eléctrica apresenta uma valia económica muito interessante na descarbonização do sector eléctrico, situação que justifica a sua promoção no âmbito da regulação sectorial exercida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.



ENTIDADES ENVOLVIDAS NO PROJECTO

OEINERGE

A OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras – é uma associação sem fins lucrativos que tem por objectivo promover o desenvolvimento sustentável do Concelho de Oeiras, apostando nos seus recursos endógenos. A Agência foi fundada em 2003 por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, e de um conjunto de Associados Fundadores.

A Agência tem uma ampla experiência de trabalho no sector energético, tendo estado envolvida em diversos projectos de parcerias nacionais e internacionais, tendo inclusive liderado grupos de trabalho no âmbito de projectos Europeus (Energia Inteligente para a Europa e LIFE Ambiente). A experiência da OEINERGE no PPEC é igualmente de referir, tendo já trabalhado em quatro medidas aprovadas nas várias edições (*IPSS OCS, ECOSAVE, Energy Game e RePECEE*).

Entre os trabalhos mais relevantes há a destacar a realização de diversas auditorias energéticas em edifícios de serviços, bem como a vasta experiência adquirida em inúmeras acções de sensibilização junto do público em geral, motivando a adopção de comportamentos que promovam a optimização da utilização de energia. A Agência integra o grupo de trabalho constituído pela Câmara Municipal de Oeiras no âmbito da implementação do Plano de Acção Energia Sustentável para Oeiras, desenvolvido após a adesão do município ao Pacto de Autarcas.



AMEC

A Cascais Energia, Agência Municipal de Energia de Cascais, é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em Janeiro de 2007 com o objectivo de contribuir para o aumento da eficiência energética e para o aproveitamento das energias renováveis no Concelho de Cascais.

A Agência pretende fomentar, através da sua acção, o desenvolvimento sustentável e a coesão social, desenvolvendo projectos emblemáticos como o Caça Watts, que efectua diagnósticos energéticos no sector residencial e serviços, como a Monitorização Energética de Edifícios Municipais, a elaboração do Plano de Acção para a Energia e Sustentabilidade de Cascais, no âmbito do Pacto dos Autarcas, e projectos de Consultoria Energética para a Câmara Municipal de Cascais e empresas privadas do concelho.

Para além dos projectos identificados anteriormente, a Agência faz ainda parte de redes nacionais e europeias de conhecimento, como a RNAE, o Energy Cities, Climate Alliance, ICLEI entre outras.



AMES

A Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES) é uma Associação sem fins lucrativos, criada com o apoio da União Europeia e da Câmara Municipal de Sintra (CMS) em 1997. O seu objecto social é o de fornecer um serviço público à população, agentes económicos e instituições do Concelho de Sintra e, especialmente, dar apoio à CMS na definição de uma política energética para o Concelho. Reconhecendo que os meios urbanos são centros de grande intensidade energética, o objectivo da sua criação e o seu apoio financeiro pela Comissão Europeia e autarquia local foi a de possibilitar a existência de um "instrumento para a gestão da energia que integrasse as restantes componentes da política local de forma a contribuir para a prossecução dos objectivos globais do ambiente".



www.ames.pt

ERSE

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) é a entidade responsável pela regulação dos sectores do gás natural e da electricidade.

A ERSE é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, regendo-se pelos seus Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de Abril, alterados pelo Decreto-Lei n.º 212/2012, de 25 de Setembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 84/2013, de 25 de Junho.

A ERSE é independente no exercício das suas funções, no quadro da lei, sem prejuízo dos princípios orientadores da política energética fixados pelo Governo, nos termos constitucionais e legais, e dos actos sujeitos a aprovação ministerial nos termos da lei e dos seus estatutos.

No exercício da sua actividade tem por missão proteger adequadamente os interesses dos consumidores, em particular os consumidores economicamente vulneráveis em relação a preços, qualidade de serviço, acesso à informação e segurança de abastecimento, promover a concorrência entre os agentes intervenientes nos mercados, nomeadamente no âmbito do mercado interno da energia, garantindo às empresas dos sectores regulados exercidos em regime de serviço público, o equilíbrio económico-financeiro no âmbito de uma gestão adequada e eficiente, contribuir para a progressiva melhoria das condições económicas e ambientais, e ainda arbitrar e resolver litígios, fomentando a resolução extrajudicial de litígios.



www.erse.pt

CEEETA-ECO

O CEEETA-ECO, Consultores em Energia, Lda. é uma sociedade por quotas que tem por objecto a prestação de serviços de consultoria, auditoria e a elaboração de estudos, pareceres e documentos similares nos domínios da energia, dos transportes e do ambiente. O CEEETA-ECO foi criado em Janeiro de 2007 com base no património de 20 anos de experiência acumulada pelo CEEETA, Centro de Estudos em Economia da Energia, dos Transportes e do Ambiente.



CEEETA-ECO
Consultores em Energia, Lda

www.ceeeta-eco.pt

GEOTERME

A Geoterme Energia - ProjectoVilla-Environmental Solutions, Lda. é uma empresa de engenharia que assegura um serviço integrado das várias especialidades, apresentando aos seus Clientes uma solução completa: Engenharia aplicada às fases de Licenciamento e Execução, Assessoria na Manutenção, Estudos de viabilidade económica, Auditorias e Certificações Energéticas.



www.geoterme-energia.com

CANDIDATURA DA MEDIDA

Numa área geográfica contígua, e com uma série de sinergias já criadas noutros sectores, Oeiras, Cascais e Sintra são três Concelhos que contam com Agências de Energia nas suas áreas de jurisdição.

Da união de esforços entre a OEINERGE, AMEC e AMES surgiu a candidatura a uma medida intangível do PPEC em 2010, para concretização no biénio 2011-2012, visando a realização de diagnósticos energéticos em 10 IPSS por concelho. Com esta medida objectivou-se ajudar as entidades a poupar na sua factura eléctrica, com aconselhamento de proximidade, e envolvimento dos próprios beneficiários do trabalho proposto.

Para nome da candidatura foram escolhidas as iniciais dos três Concelhos, associadas ao objecto de aplicação da medida: "IPSS OCS".

Já no decorrer do projecto houve a necessidade de ajustamento no número de instituições abrangidas, uma vez que os valores estimados por diagnóstico energético verificaram-se muito elevados para o estado actual do mercado, e assim em vez de 30 diagnósticos energéticos foram efectuados 33.

SELECÇÃO DAS IPSS

A selecção das IPSS seguiu inicialmente o critério da valência de resposta social, inicialmente divididas em cinco categorias:

1. População Idosa;
2. Família e Comunidade;
3. Toxicod dependência;
4. Crianças e Jovens;
5. Pessoas Portadoras de Deficiência.

No entanto, no decorrer do projecto houve a necessidade de se adoptar uma nova categoria, a Mista, uma vez que há instituições que trabalham com população idosa e juvenil em simultâneo.

Dado o trabalho de extrema proximidade entre as autarquias e as IPSS, as Câmaras Municipais de Oeiras, Cascais e Sintra foram pontos de ligação essenciais a este projecto, representadas nas respectivas Divisões de Apoio Social (designação que varia consoante a autarquia). Face ao seu amplo conhecimento interno do funcionamento das entidades, coube às autarquias ajudar na selecção das Instituições beneficiárias da medida. O processo de selecção teve em conta a valência social, a dimensão do edifício em área coberta, o número de utentes/respostas sociais e o consumo de energia eléctrica de cada Instituição.

IPSS ENVOLVIDAS

Instituições Situadas em Oeiras

Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide



A Paróquia de São Romão de Carnaxide, que nasce nos inícios da história de Portugal, séc. XI, sempre se empenhou no apoio social. Em 1995, com a construção da nova Igreja de Nossa Senhora do Amparo nasce também o Centro Social Paroquial, embora só seja oficial em 1996, após publicação em Diário da República, a 31 de Julho, intitulado de Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide. A Instituição iniciou o apoio social com o "Centro de Dia São José" e o "Serviço de Apoio ao Domicílio". No ano seguinte criou-se o ATL – "Os Traquinas" e em 1998 a Escola de Música "Musicentro". Dado que a Paróquia já tinha criado uma escola de informática esta passou a fazer parte do Centro conservando o seu nome, "Inforescola".

No ano de 2004, o Centro é convidado a assumir o lar residencial a pedido da Dra. Teresa Zambujo, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Dois anos mais tarde, em 2006, surge a oportunidade de abraçar um novo projecto, o "Centro de Apoio a Dependentes", que presta serviços de saúde (fisiatria, fisioterapia, psicologia e terapia da fala). No ano de 2007, a Segurança Social convida-nos a assinar um Protocolo no âmbito do Rendimento Social de Inserção, que apoia actualmente uma média de 300 famílias.

<http://csp-carnaxide.org.pt/>

Centro Infantil de Nossa Senhora das Dores



O Centro Infantil de Nossa Senhora das Dores localiza-se em Caxias, sendo uma IPSS com as valências de Creche e Pré-Escolar, com capacidade para 181 utentes.

<http://www.primeiraimagem.com/cisdores/>

Núcleo de Instrução e Beneficência



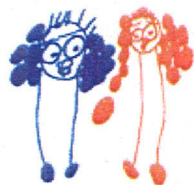
Criado em 1909, o Núcleo de Instrução e Beneficência (NIB) dedica-se desde a sua fundação à instrução. Dedicado inicialmente à instrução primária e de adultos, veio a estender a sua acção à educação pré-escolar, para apoiar as famílias mais carenciadas de Paço de Arcos.

Em 1957 o Ministério da Educação autorizou o funcionamento da Casa da Criança Rainha Santa Isabel. Construído em 1958, na zona histórica de Paço de Arcos, este edifício passou a acolher a valência de Creche e Jardim-de-infância.

Em 2000, para responder às necessidades da comunidade, o NIB abre a Creche do Bugio, também em Paço de Arcos, onde passa a funcionar o berçário.

<http://nibpacoarcos.org/>

CERCIOEIRAS



A CERCIOEIRAS – Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos com Incapacidade, CRL é uma Cooperativa de Solidariedade Social e de Utilidade Pública fundada em Outubro de 1975, por um grupo de pais e técnicos de Reabilitação insatisfeitos com o atendimento de que os seus filhos – deficientes intelectuais – eram destinatários. Tem procurado, sobretudo, humanizar esse atendimento através da inserção de métodos e técnicas científicas aplicadas por funcionários especializados que para o efeito e, na medida das disponibilidades económicas, têm sido contratados.

Entre um conjunto de outros valores, a instituição adoptou como princípios:

- Visão: Uma organização de excelência e referência na construção de uma sociedade inclusiva.

- Missão: Integrar, educando, reabilitando e cuidando, ao longo da vida, os clientes e suas famílias, com excelência e sustentabilidade.

www.cercioeiras.pt

FOSRDI – Centro Sagrada Família

A Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas funciona como Jardim de Infância e Pré-Escolar, sendo frequentado por 216 crianças distribuídas por 9 salas de aula. Tem valência de Creche, Jardim de Infância, e ATL.

Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores



ccpnsd

O Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores (CCPNSD) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que actua na freguesia de Caxias desde 1985.

Trata-se de uma Instituição voltada para a comunidade, nomeadamente, no apoio diário a idosos, crianças, jovens e famílias, intervindo e procurando sempre dar respostas adequadas. Procura responder aos novos desafios e às novas carências sociais com dedicação e empenho. Na busca de soluções integradas, junta gerações (netos e avós) para que, harmoniosamente, o bem-estar da população melhore progressivamente.

Neste momento, actua através das seguintes respostas sociais: Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche, Casa de São Bento, ATL de S. Bruno, Banco Alimentar Contra a Fome, e Cantina Social.

Obra Social Madre Maria Clara (Creche e Centro de Dia)

A Obra Social Madre Maria Clara (OSMMAC) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com intervenção no concelho de Oeiras. A OSMMAC, de Algés, mantém em funcionamento as respostas sociais de Centro de Dia, Apoio Domi-

ciliário e Centro de Convívio, sendo parceiro da autarquia em diversos protocolos que permitem uma melhor resposta às necessidades dos seus utentes. A própria localização do Edifício é central, de fácil acesso, quer aos residentes, quer a pessoas de localidades limítrofes que eventualmente necessitem de se deslocar de transportes.

A cresce é um Centro Infantil localizado em Caxias, contando com professores qualificados que prestam a melhor experiência de ensino às crianças. Trata-se de uma escola mista com instalações modernas, proporcionando um ambiente de aprendizagem confortável e seguro.

Santa Casa da Misericórdia de Oeiras (Hospital e Edifício Administrativo)



A Santa Casa da Misericórdia de Oeiras é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com intervenção no concelho de Oeiras. Tem como objectivos receber, apoiar e garantir os direitos e necessidades das crianças e das pessoas idosas, na comunidade (Concelho de Oeiras e Freguesia da Reboleira) de forma integral e personalizada.

A instituição visa também garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade na área da Saúde criando e dinamizando medidas de acompanhamento aos mais desfavorecidos.

A Santa Casa da Misericórdia de Oeiras desenha a sua visão estratégica, prestando um serviço qualificado e certificado nas valências que desenvolve.

Tendo sempre em vista a satisfação das necessidades da criança e da família, rege-se pelos seguintes valores:

- Solidariedade – Criar melhores condições aos que mais precisam.
- Honestidade – Serviços prestados com base na transparência e seriedade.
- Qualidade – Garantir um serviço eficaz, eficiente e seguro.
- Responsabilidade Social – Procurar responder através das Valências todos os problemas sócio – económicos que possam surgir no país.

- Valores Cristãos - Orientar a sua actividade mantendo a fidelidade à Igreja Católica, aos seus princípios e normas, procurando ser um "braço" da sua acção junto das comunidades de Oeiras onde está inserida.

<http://www.misericordia-oeiras.pt/>

Casa de Nossa Senhora de Fátima



A Casa Nossa Senhora de Fátima, está inserida na zona urbana de Queluz de Baixo. Iniciou a sua actividade a 22 de Setembro de 1978, por iniciativa da congregação das Filhas da Caridade Canossianas Missionárias. A Casa Mãe foi fundada em Itália, em 1808.

Esta instituição espalhada por todo o mundo tem o intuito de proteger e ajudar as crianças pobres de ambos os sexos, na idade pré-escolar, escolar proporcionando-lhes uma educação moral, religiosa, familiar e social, ajuda e apoia também os pobres, doentes e todos os desfavorecidos.

Em Portugal existem três Instituições, uma no Porto, uma em Setúbal e outra em Lisboa, mais propriamente em Queluz de Baixo, num local central, bem localizado, quer em relação ao estabelecimento de ensino oficial, a que se propõe dar apoio, quer em relação aos percursos da família entre casa e emprego.

<http://ji-atl-cnsf.com/>

Instituições Situadas em Cascais

Associação de Beneficência Luso Alemã



O Centro Infantil e Juvenil da ABLA existe desde 1989 e dá resposta a mais de 250 crianças, dos 3 meses aos 15 anos, distribuídas pelas valências de Creche, Pré-Escolar e CATL (Componente de Apoio aos Tempos Livres).

Tem uma Equipa da Creche e Pré-Escolar formada por Educadoras experientes, Educadoras Estagiárias e Auxiliares, que em conjunto fazem o levantamento das necessidades, planeiam, reflectem e avaliam a forma de dar uma resposta qualitativa, humanizada e personalizada, a cada criança.

A Instituição tem um Projecto Educativo, e cada educadora cria o projecto pedagógico/curricular da sua sala, onde são desenvolvidas múltiplas actividades nas diferentes áreas de conteúdos.

Áreas como a formação pessoal e social, a expressão e comunicação, o conhecimento do mundo, são de grande importância, considerando sempre o contacto com o exterior para proporcionar outros saberes, bem como alargar os interesses do grupo e de cada criança, para assim despertar nelas a curiosidade e o desejo de aprender.

A resposta social de CATL tem capacidade de acolher 70 crianças / jovens do 2º e 3º Ciclos, em dois lugares distintos; no Espaço Arco-Íris em Carcavelos e no Polo Comunitário em Brejos.

<http://www.abla.org/>

Centro Comunitário de Carcavelos – Casa Jubileu 2000



A Unidade Integrada de Carcavelos - Casa Jubileu 2000 é o resultado de um projecto financiado pela Segurança Social e pela Câmara Municipal de Cascais, que assumiram a aquisição da casa, obras de adaptação e algum equipamento.

A Casa Jubileu 2000 é um local de passagem para pessoas em situação de exclusão social que querem reorganizar a sua vida. A partir da definição de estratégias de integração e de dignificação pessoal é delineado o projecto de vida de cada um dos utentes.

A casa tem capacidade para 12 residentes e para mais 18 utentes em regime de Centro de Dia.

Objectivos do Projecto:

- Promover o apoio psicoterapêutico aos utentes da Casa Jubileu;
- Desenvolver actividades desportivas;
- Proceder ao aconselhamento em adicção.

<http://www.centrocomunitario.net>

Centro Social da Paróquia de Nª Sr.ª Da Conceição de Abóboda



A Creche do Centro Social da Paróquia Nª Sr.ª da Conceição da Abóboda situa-se em Talaíde, inserido no edifício da paróquia de Talaíde. Tem nas suas instalações cerca de 100 crianças diariamente e a cozinha para além de proporcionar alimentação para estas crianças, é também responsável por fazer as refeições para mais 100 crianças que estão no ATL, que se situa fora do edifício da paróquia.

Casa da Alapraia



A Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) foi fundada a 2 de Fevereiro de 1962 por Sheila Stilwell, mãe de uma criança portadora de Trissomia 21 e pela pedopsiquiatra Dr.ª Alice Mello Tavares, resultante do esforço e dedicação conjunta de pais e técnicos.

Ao longo destes 50 anos, a APPACDM expandiu-se pelo país, dando origem a 30 delegações, já autonomizadas, integrando, todas as associações, a Federação Portuguesa para a Deficiência Mental – Humanitas.

A APPACDM de Lisboa presta actualmente serviços nos concelhos de Lisboa, Almada e Cascais e atende 718 crianças, jovens, adultos com deficiência intelectual e as suas famílias.

A “Casa de Alapraia” é uma vivenda com piscina e jardim que proporciona um ambiente familiar, acolhedor e momentos de lazer diferenciados a 16 clientes com deficiência intelectual, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a

16 anos. A maioria da população apresenta competências intelectuais e funcionais muito limitadas, o que condiciona a sua autonomia e exige um maior suporte para todas as actividades/rotinas diárias.

Tem sido prática promover a inclusão comunitária da população que atende, através de parcerias estabelecidas com a comunidade local. Neste sentido, destacam-se a vela adaptada no clube naval de Cascais, e a participação na marca "Toma Lá", em conjunto com as instituições locais que fazem parte da Comissão para a Deficiência (CPD), a frequência aos cafés e a participação nas festividades sazonais do concelho.

<http://www.cpdcascais.org>

Casa da Barragem – Fundação Portuguesa para a Toxicodependência



Fundação Portuguesa Para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

A FPEPTT é uma IPSS de âmbito nacional que se dedica à prevenção e tratamento da toxicodependência e alcoolismo.

Sediada no concelho de Cascais, foi fundada em 1986 pela Santa Casa de Misericórdia de Cascais e que desde a sua constituição tem assumido a responsabilidade social de complementar as respostas públicas existentes para a problemática da toxicodependência.

A Casa da Barragem é uma unidade de internamento, com lotação para 46 camas licenciadas, das quais 37 estão convencionadas pelo IDT. Para além do programa geral que decorre em 9 meses com três fases, possui actualmente capacidade de resposta diferenciada a internamentos de pessoas com problemas de dependência alcoólica, através de um programa com duração de três a seis meses desenvolvido por etapas, e ainda um programa dirigido a utentes com doença mental grave concomitante com uma intervenção de 12 meses também por fases, bem como um programa dirigido a grávidas.

A Casa da Barragem dispõe de condições para internamentos de pais e mães acompanhados de filhos menores. Neste caso é desenvolvida uma articulação com a rede de estabelecimentos infantis do concelho, no sentido de proporcionar às crianças todas as condições que garantam o seu normal desenvolvimento.

Creche Teodoro dos Santos



A Creche Teodoro dos Santos situa-se em Cascais, perto da Avenida de Sintra. Foi propriedade da Sociedade Estoril – Sol. Passou a ser gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais em Outubro de 1986, Instituição a que foi doada em Julho de 2007. Recebe crianças dos 4 meses aos 6 anos, no total de 124, distribuídas pelas seguintes valências:

- Creche: 4 salas; 60 crianças
- Pré-escolar: 3 salas; 64 crianças

<http://www.scmc.pt/>

Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo



A Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, do concelho de Cascais, que emergiu da comunidade, como forma de resposta aos problemas sociais da população. A sua actuação visará sempre constituir um contributo enriquecedor para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, bem como uma via de dinamização da participação social responsável, reforçando o espírito de solidariedade, através de:

- Potenciação de recursos humanos e institucionais locais, pela promoção de acções articuladas.
- Implementação de processos de informação e divulgação, de forma a gerar a consciencialização da comunidade, face às problemáticas em presença.

A associação presta serviços directos a 190 idosos e/ ou dependentes e conta com 58 colaboradores.

Se associarmos a estes números os familiares dos clientes, dos colaboradores e

os beneficiários dos diversos projectos de intervenção comunitária, a acção da organização tem impactos directos num universo de cerca de 600 pessoas.

<http://acasadopenedo.webnode.pt/>

Centro Comunitário da Paróquia da Parede



Centro Comunitário
da
Paróquia da Parede

A Paróquia da Parede é um Centro Comunitário que se dirige à Comunidade, mais especificamente para os idosos e pessoas carenciadas. Tem como finalidade desenvolver uma Acção Social Comunitária,

auxiliando financeiramente ou em géneros, mantendo em funcionamento bolsas de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa.

O CCPP possui um Centro de Dia para que as pessoas da 3ª idade possam encontrar uma forma de ocupação e de estarem mais acompanhadas. Para além deste espaço o CCPP também possui uma área de Apoio Domiciliário, uma Área da Infância e Actividades dos Tempos Livres.

Associação de Apoio Social N.ª Sr.ª da Assunção



Associação de Apoio Social
Nossa Senhora d'Assunção

A Missão da AISA é de promover a qualidade de vida das crianças, jovens, idosos e pessoas dependentes de uma forma sustentada, inovadora, participativa e orientada para a inclusão social, prestando-lhes cuidados pessoais, educativos, de saúde e reabilitação, e ocupação dos seus tempos livres.

A AISA pretende ser uma Instituição de referência, no Concelho de Cascais, pela sua intervenção inovadora e sustentável na melhoria da qualidade de vida dos seus utentes, comprometendo-se a:

- Antecipar as necessidades e expectativas dos utentes
- Assegurar e sistematizar a melhoria contínua
- Colaboradores competentes, comprometidos e motivados

- Garantir a Continuidade e Qualidade do Serviço
- Proteger os valores de saúde pública, ambientais e sociais
- Identificar, avaliar, prevenir, controlar e estar preparado para os riscos da nossa actividade

Centro de Apoio Social do Pisão



O Centro de Apoio Social do Pisão (CASP) está situado no parque natural de Sintra – Cascais, é constituído por uma parte rústica e urbana, com uma área de 306 ha. É uma estrutura que data dos anos 40, pertence ao Instituto da Segurança Social, IP, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais mediante acordo de gestão, desde 2 de Fevereiro de 1985.

O CASP acolhe em regime de internamento adultos com patologia psiquiátrica de ambos os sexos (275 homens e 65 mulheres), cujo quadro psicossocial requer cuidados básicos de subsistência e de saúde integral que engloba aspectos físicos, psíquicos, sociais, ocupacionais e de reabilitação. As principais valências do CASP são a saúde (psiquiatria, clínica geral e enfermagem), psicologia, serviço Social e terapia ocupacional

Tem como principais objectivos:

- proporcionar o equilíbrio bio-psico-social do indivíduo;
- contribuir para a estabilização ou retardamento da degradação causada, pelos processos psicológicos e físicos, e pelo envelhecimento;
- favorecer os sentimentos de segurança e auto-estima;
- respeitar a independência, individualidade e privacidade.
- assegurar o tratamento psicossocial, os cuidados de saúde e as necessidades básicas de alimentação, higiene e conforto;
- promover a reabilitação, reinserção na comunidade e as relações familiares;

<http://www.scmc.pt>

Casa dos Professores em Carcavelos



A Associação de Solidariedade Social dos Professores [ASSP] é uma organização de professores que tem como objectivo e actividade a prestação de serviços de natureza social, humanitária e cultural aos seus associados e familiares.

A ASSP é de âmbito nacional, está sediada em Lisboa, e organiza-se funcionalmente em delegações distritais ou regionais que abrangem quase todos os distritos do Continente, a Madeira e os Açores.

Considerando a situação específica dos professores, a Associação tem como objectivos concretos:

- Protecção e integração comunitária dos idosos, doentes e inválidos;
- Desenvolvimento de actividades promotoras da cultura, formação e realização pessoal;
- Promoção do apoio à família, infância e juventude;
- Promoção de outros apoios em situações de carência social e individual.

A ASSP tem vindo a concretizar estes objectivos através de:

- Construção de residências/centros de apoio integrado;
- Criação de centros de convívio e de actividades diversas;
- Implementação de múltiplos programas de actividades socioculturais;
- Acordos com instituições sociais e empresas de prestação de serviços.

Neste momento, a construção de residências sénior é o objectivo para onde todos os esforços convergem, já que é considerado como prioritário pelos associados.

A Casa do Professor de Carcavelos (sob a Direcção da Delegação Distrital de Lisboa) está aberta aos professores de todos os graus de ensino e suas famílias e tem capacidade para 39 utentes em regime de residência permanente.

www.assp.pt

Instituições Situadas em Sintra

Associação de Tratamento das Toxicodependências – Farol

O Farol, situado em Sintra, está integrado na Associação para o Tratamento das Toxicodependências (ATT), uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 1991. Desde a sua abertura em 1992 que tem vindo a prestar ajuda a pessoas com problemas de adicção bem como apoio às suas famílias. Está licenciado pelo Instituto da Droga e Toxicodependência sob o nº8/1996. Tem a supervisão técnica e clínica de Clouds House – reputado Centro de Tratamento no Reino Unido para a dependência do álcool e/ou drogas.

<http://www.att.org.pt/farol/faroli.html>

Centro Social de Convívio de Reformados, Pensionistas e Idosos de Morelena

O Centro Social de Convívio, Reformados, Pensionistas e Idosos de Morelena, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, a desenvolver actividade com a população sénior desde 1988, no contexto de Centro de Convívio e da Organização de actividades comunitárias. Inaugurou em Maio de 2008, a sua nova sede social com instalações para desenvolver a valência de Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

www.centrosocialmorelena.com

Centro de Bem Estar Social de Queluz



O Centro de Bem-estar Social de Queluz, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, a desenvolver actividade com a população sénior desde 1972 (anteriormente Comissão de Melhoramentos de Queluz, desde 1942). Em 2001 foi inaugurado o Complexo de Apoio ao Idoso e à Família.

A própria localização do Edifício é central, de fácil acesso, quer aos residentes, quer a pessoas de localidades limítrofes que eventualmente necessitem de se deslocar de transportes. Dispõe de uma equipa especializada e empenhada em proporcionar o bem-estar pessoal, físico e emocional dos seniores.

Associação de Solidariedade e Apoio Social do Pessoal da TAP



A ASASTAP - Associação de Solidariedade e Apoio Social do Pessoal da TAP, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 7 de Novembro de 1984 por iniciativa de um grupo de trabalhadores da Empresa TAP - Transportes Aéreos Portugueses, actualmente TAP PORTUGAL. Tem como objectivo principal contribuir para o apoio ao pessoal reformado da Empresa bem como aos seus familiares. Deste modo, a ASASTAP, propôs-se criar respostas sociais de apoio a idosos, estando em funcionamento desde 1 de Dezembro de 2003, o Complexo Social com valência de Lar/Casa de Repouso tendo capacidade para 84 pessoas.

<http://asastap.org/>

Centro de Educação para o Cidadão Deficiente – Mira Sintra



O C.E.C.D. Mira Sintra - Centro de Educação para o Cidadão Deficiente, C.R.L. é uma Cooperativa de Solidariedade Social, sem fins lucrativos e reconhecida como Instituição de Utilidade Pública. Foi fundada em 1976 por pais e técnicos e desde o início que os saberes e experiência de uns e outros estão presentes na gestão da Cooperativa. Atende, actualmente, cerca de 1.400 pessoas, desde crianças, jovens e adultos que precisam de apoios especializados, devido a perturbações no seu desenvolvimento e/ou défices acentuados no seu rendimento escolar, laboral ou social.

www.cecdmirasintra.org

Centro Social e Paroquial de Colares

O Centro Social Paroquial de Colares teve início com a criação do jardim-escola "Santos Inocentes" no ano de 1961/62, pelo então pároco, Manuel Frazão Baptista.

No ano de 1967 alargou a sua acção com a criação do ensino Primário Oficial.

No dia 23 de Julho de 1983 viu aprovado os seus estatutos como Instituição Particular de Solidariedade Social, por decreto do Patriarcado de Lisboa.

É uma instituição da Paróquia de Colares que tem como finalidade cultivar a fraternidade cristã e promover o desenvolvimento entre todos os habitantes da Paróquia, com opção preferencial pelos mais pobres. Está integrado na pastoral social e caritativa do Patriarcado de Lisboa.

www.cspc.pt

Centro de Assistência Social de Belas – Jardim de Infância

O Centro de Assistência Social de Belas - Jardim de Infância António Pinheiro Basto (C.A.S.B.), fundado em 1971, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados pela Direcção-Geral da Segurança Social.

O C.A.S.B. rege-se pelas disposições normativas internas elaboradas segundo os princípios estatutários, as disposições legais estipuladas e as orientações técnicas aconselháveis. O C.A.S.B. desenvolve a sua actividade ao nível de duas valências: Creche e Pré-Escolar.

<http://casb.eu>

Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos



A Associação de Pais e Amigos de Deficientes (APADP), é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com intervenção no concelho de Sintra. A APADP, de Aqualva-Cacém, procura zelar pelos interesses e direitos das pessoas portadoras de deficiência profunda, englobando todos os aspectos da sua vida: Bem-estar físico psíquico e social, Família e Integração e aceitação social.

www.apadp.pt

Centro Paroquial de Algueirão e Mem-Martins

O Centro Comunitário Paroquial Algueirão Mem-Martins (CCPAMM), é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com intervenção no concelho de Sintra. O CCPAMM, de Algueirão Mem-Martins, mantém em funcionamento as respostas sociais de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Centro de Convívio, sendo parceiro da autarquia em diversos protocolos que permitem uma melhor resposta às necessidades dos seus utentes, nomeadamente o Protocolo de Desenvolvimento Social, Serviço de Apoio Domiciliário Alargado (SAD+), Melhor Saúde, Ajudas Técnicas e Oficina Social – Pequenas reparações no domicílio de munícipes idosos carenciados.

Centro Comunitário do Alto do Forte



O Centro Comunitário do Alto do Forte é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com intervenção no Concelho de Sintra inaugurado em 2007. Trata-se de um equipamento municipal gerido pelo Centro Comunitário Paroquial de Rio de Mouro com valências nas áreas da infância, terceira idade e formação profissional.

Santa Casa da Misericórdia de Sintra (Creche e Jardim de Infância da Portela)

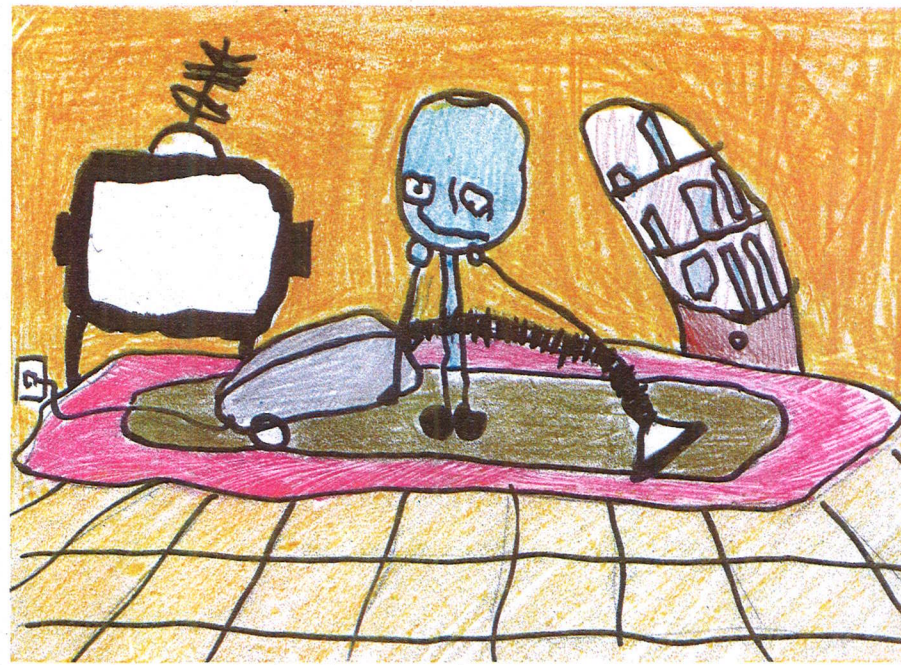


Inspirada na doutrina cristã, a Santa Casa da Misericórdia de Sintra tem como missão fazer o bem pela comunidade de Sintra, disponibilizando um conjunto de recursos para o combate à pobreza e exclusão social. Actualmente, dedica-se a três áreas de intervenção prioritárias, apoio ao idoso, à infância e acção social.

O departamento da Infância tem por missão assegurar os cuidados e acompanhamento pedagógico favoráveis ao desenvolvimento infantil integral, respeitando as necessidades e interesses individuais de cada criança.

www.misericordiasintra.pt

Capítulo II



Autor: Joao Pedro Pinto (CERCIOEIRAS)

Capítulo II: Execução da Medida
Metodologia
Sessões de Esclarecimento

METODOLOGIA

Numa altura em que a energia assume preponderância nos custos fixos das instituições, torna-se fundamental promover o aumento da eficiência na utilização de energia. A medida "IPSS OCS", tal como o nome indica, incidiu sobre IPSS, onde os recursos são limitados, por vezes mesmo insuficientes, para dar resposta a todas as solicitações de que são alvo.

Com a realização de diagnósticos energéticos é possível efectuar uma caracterização energética das instituições e consequentemente encontrar soluções e medidas de redução de consumos e redução de custos para a instituição. É também realizada uma caracterização das instalações a nível da envolvente exterior, equipamentos grandes consumidores de energia, iluminação, entre outros.

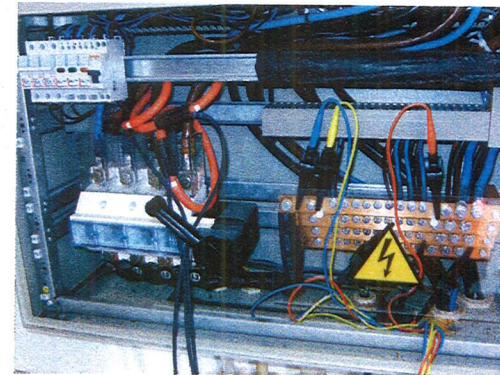


Figura 1. Monitorização de quadro eléctrico

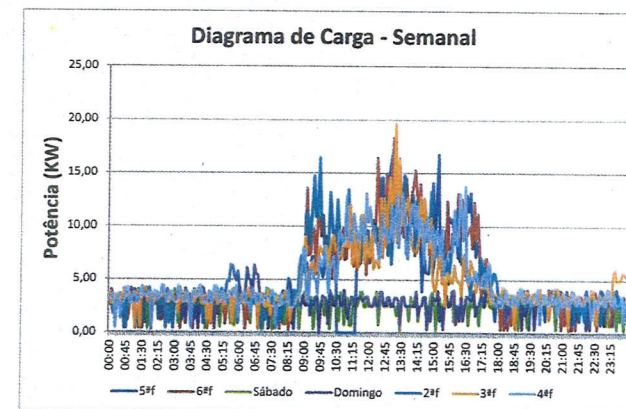


Figura 2. Diagrama de carga resultante da monitorização



Figura 3. Exemplo de janela com bom isolamento e sombreamento interior

O trabalho realizou-se em 3 fases distintas: recolha de informação inicial, como sejam projectos de arquitectura e facturas relativas a todos os consumos energéticos de pelo menos um ano de funcionamento; levantamento de equipamentos consumidores de energia e monitorização real de consumos durante uma semana ininterrupta; elaboração do relatório final de diagnóstico energético com inclusão de um Plano de Racionalização de Consumos Energéticos.

Tomou-se como linha orientadora o Despacho nº 17449/2008 de 27 de Junho, o qual define os elementos a considerar na realização de auditorias energéticas, e na elaboração dos planos de racionalização do consumo de energia.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Para além da entrega dos relatórios de diagnóstico energético, um dos objectivos do “IPSS OCS” passou também pelo interesse de fazer chegar a mensagem da eficiência energética ao maior número possível de colaboradores e utentes das IPSS. Desta forma, algumas das reuniões de entrega dos relatórios finais foram realizadas com um conjunto alargado de interlocutores, onde se aproveitou para explicar de forma mais pormenorizada as medidas específicas que haviam sido identificadas para a instalação em causa.

Nos casos onde foi possível, realizaram-se Sessões de Esclarecimento em Utilização Racional de Energia para uma audiência maior. Estas sessões foram realizadas com o apoio de apresentações com projecção de slides, e preparadas de forma a abranger as temáticas mais importantes da utilização racional de energia eléctrica no quotidiano. Os temas abordados incidiram essencialmente na utilização de electrodomésticos e nos cuidados a ter na climatização dos espaços de trabalho.

As sessões foram programadas de forma a terem uma duração aproximada de 30 minutos, tendo sido complementadas com a distribuição de “Guias ECOSAVE” para consulta dos participantes.

Entre reuniões de apresentação das medidas e sessões de esclarecimento, foram abrangidas no total 167 pessoas.

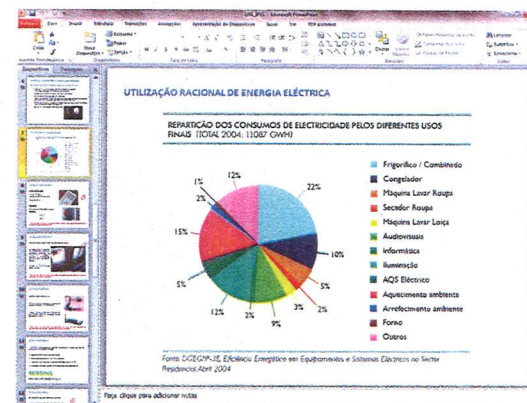


Figura 4. Sessão de esclarecimento (apresentação)



Figura 5. Sessão de esclarecimento (Oeiras)



Figura 6. Sessão de esclarecimento (Sintra)

Sessões de Esclarecimento em Utilização Racional de Energia

- o CERCIOEIRAS
25/Fev/2013 | 50 participantes
- o Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide (Oeiras)
8/Mar/2013 | 29 participantes
- o Associação de Solidariedade e Apoio Social do Pessoal da TAP (Sintra)
31/Mai/2013 | 20 participantes
- o Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores (Oeiras)
11/Dez/2013 | 14 participantes

Capítulo III



Autor: Mario Costa (CERCIOEIRAS)

Capítulo III: Resultados e Avaliação da Medida
Medidas Identificadas
Poupanças Estimadas
Inquéritos de Avaliação
Resumo de Indicadores
Seminário Final do Projecto

MEDIDAS IDENTIFICADAS

Apesar de as características de cada edifício serem particulares, e em muitos casos únicas, a realidade é que podemos separar as medidas de optimização energética e de redução de consumos recomendadas em 5 áreas específicas. As principais áreas de intervenção identificadas são as seguintes:

1. Iluminação
2. Substituição de Equipamentos
3. Solar Térmico
4. Baterias de Condensadores
5. Outras Medidas

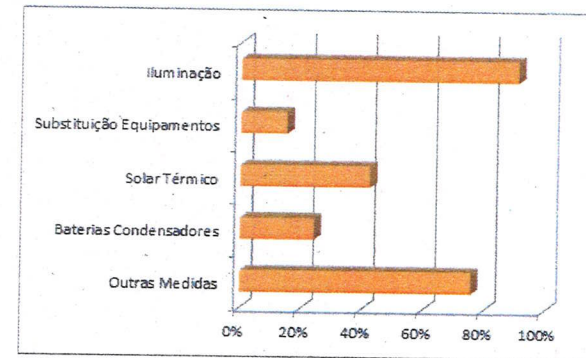


Gráfico 1. Incidência das medidas por tipologia

Observando o gráfico anterior é facilmente perceptível que o maior potencial de intervenção se situa ao nível da iluminação. Há que ter em conta que a maioria das IPSS ainda possui luminárias antigas, e têm necessidade de manter a iluminação ligada durante muitas horas todos os dias. Em mais de 90% das instituições visitadas foi identificada a possibilidade de substituir a iluminação por equipamentos mais eficientes, muitas vezes substituindo lâmpadas T8 por lâmpadas T5.

O item “Outras Medidas” está em grande parte associado a medidas comportamentais, que permitem geralmente obter ganhos indirectos, cuja contabilização não é directa.

Embora disso não resulte uma medida de eficiência energética, a alteração tarifária foi igualmente sugerida na maioria das IPSS. Tal resulta do processo de liberalização do mercado, onde é possível comparar preços e campanhas promovidas pelos diferentes operadores, e de onde podem surgir ganhos financeiros para as instituições.

Iluminação

A iluminação é uma das principais áreas de consumo e onde grande parte das instituições pode adoptar medidas de redução de consumos. Das medidas indicadas destacam-se as seguintes:

- Adequar a potência da lâmpada ao tamanho da divisão que pretende iluminar (em função do tipo de actividades e ao tempo de utilização do local)
- Instalar um balastro electrónico na compra de lâmpadas fluorescentes tubulares, em comparação com o balastro convencional, reduz o consumo de energia até 30%, e permite regular a intensidade da luz
- Maximizar o aproveitamento da luz natural, desobstruindo os envidraçados e utilizando cores claras na pintura das paredes, que ajudam a reflectir a luz
- Instalar detectores de presença que desligam as luzes automaticamente

Exemplo de Medida Sugerida: **Substituição de 8 lâmpadas T8 por lâmpadas T5**

Investimento (€)	Poupança Anual (€)	Poupança Anual (kWh)	Período de Retorno (anos)
240	116,28	761,28	2,1

Proceder à substituição de uma lâmpada tubular fluorescente T8 de 58W com balastro ferromagnético (correspondendo a uma tomada de potência total de 70W) por uma solução como o “Kit Save It Easy”, tem um custo aproximado de 16 € por luminária e corresponde a uma redução de potência próxima dos 50%.

Substituição de Equipamentos

No caso dos electrodomésticos verifica-se a importância da escolha adequada dos equipamentos, que deverão ser de eficiência A+ ou superior. Destacam-se as seguintes medidas:

- Não adquirir equipamentos com mais capacidade do que necessário
- Colocar o frigorífico ou o congelador num local fresco e ventilado, afastado de possíveis fontes de calor: radiação solar, forno, etc.
- Limpar, pelo menos uma vez por ano, a parte traseira do frigorífico
- Aproveitar ao máximo a capacidade da máquina de lavar e colocá-la em funcionamento sempre com carga completa
- Escolher um detergente que permita obter bons resultados a baixas temperaturas
- Preferir sempre os períodos de vazio para utilizar as máquinas de lavar, se tiver tarifa bi-horária contratada

Para promover a optimização da utilização de electrodomésticos não basta comprar o modelo mais eficiente, há também que saber utilizar os equipamentos de forma adequada. Muitas vezes, comportamentos incorrectos levam a perdas significativas da eficiência das máquinas. Para perceber o impacto que os maus hábitos têm no aumento do consumo de energia encontra-se disponível o simulador “ECOSAVE”, que resultou igualmente de uma medida PPEC. No simulador, é possível verificar, por exemplo, que abrir e fechar a porta do frigorífico com brusquidão aumenta o consumo de electricidade em mais de 50%.

Sugere-se a sua consulta: www.ecosave.org.pt.

Solar Térmico

No quotidiano das IPSS o consumo de água quente está associado à necessidade de duchas, cozinha e lavandaria. Regra geral as instituições têm instalados esquentadores e caldeiras a gás ou termoacumuladores eléctricos. Estes aparelhos são responsáveis por uma fatia significativa dos consumos energéticos das instituições e correspondente factura energética mensal. De forma a reduzir substancialmente essa factura deverá ser ponderada a utilização de colectores solares.

A energia solar é um recurso natural, gratuito e com uma incidência extrema em Portugal, ao ser utilizada proporciona uma poupança significativa de combustíveis fósseis com consequente diminuição de emissões de CO₂ e redução da factura energética das instituições.

O modo de funcionamento de um sistema solar térmico é bastante simples e requer baixa manutenção. Os colectores solares têm uma cobertura de vidro sobre a qual incide a radiação solar, o calor é transferido para o fluido que circula no interior da tubagem que constitui o colector. O fluido quente circula em circuito fechado e transfere o calor para o depósito de água aquecendo-a. O tempo de vida útil de um sistema solar é aproximadamente de 20 anos. Todas as empresas instaladoras são obrigadas a estabelecer um plano de manutenção para os primeiros anos de instalação.

Numa das IPSS estudadas no "IPSS OCS", foi aconselhada a instalação de um sistema de energia solar para converter a caldeira de gasóleo existente num sistema de apoio à produção de águas quentes sanitárias. Essa mesma instituição utiliza ainda energia eléctrica para a produção de águas quentes na cozinha. Recomendou-se portanto a integração de um sistema solar térmico de forma a pré aquecer a água com o recurso solar, e de racionalizar os consumos de energia eléctrica na instalação.

O dimensionamento do sistema indica que o mesmo consegue fornecer cerca de metade das necessidades energéticas para águas quentes da instalação. Em termos económicos, estima-se que o investimento apresente os seguintes valores:

- Área de Captação: 22,7 m²;
- Tempo de vida da instalação: 20 anos;
- Investimento total solar térmico: 550 €/m² de colector;

- Preço total do sistema: 12.500 €;
- Fonte de energia convencional: Gasóleo;
- Preço da energia convencional: 0,126 €/kWh;
- Energia convencional deslocada: 16.150 kWh/ano;
- Pay-back simples: 6 anos.

Conclui-se portanto, que o investimento em energia solar térmica é vantajoso para esta instituição, pois apresenta um pay-back muito inferior ao tempo de vida útil do equipamento.

A integração de energia solar térmica em IPSS é quase sempre vantajosa, uma vez que um dos consumos energéticos mais significativos é no aquecimento de águas.

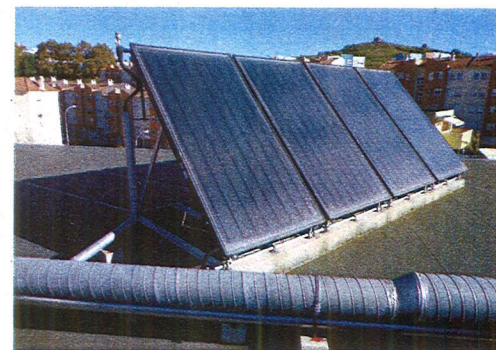


Figura 7. Painéis solares térmicos

Baterias de Condensadores

A qualidade da energia eléctrica constitui, na actualidade, um factor muito importante para a competitividade de praticamente todos os sectores industriais e dos serviços.

A energia reactiva é uma componente essencial da energia eléctrica, e caracteriza-se pela criação do campo magnético. Alguns equipamentos, tais como motores, as fontes de alimentação de todos os aparelhos electrónicos ou os balastos das lâmpadas fluorescentes, entre outros equipamentos, necessitam de alguma componente de energia reactiva para funcionarem correctamente.

Esta energia apresenta problemas à qualidade da energia na rede eléctrica pois, em alguma quantidade, provoca perdas nos transformadores e redes de transporte e distribuição. Apesar de não ter custos de produção, pelas razões anteriormente abordadas, a energia reactiva apresenta um custo elevado e que é suportado pelos consumidores.

Desta forma, a instalação de uma bateria de condensadores permite que a produção de energia reactiva seja efectuada no local onde esta é consumida, de acordo com as necessidades de cada consumidor, e sem necessitar que esta seja fornecida através da rede eléctrica, com custos na factura de electricidade.

Com a instalação de uma bateria de condensadores é possível reduzir a potência reactiva absorvida pelas cargas indutivas no sistema e consequentemente melhorar o factor de potência. É recomendável ter um Factor de Potência ($\cos \psi$) próximo dos 0,99 e nunca inferior aos 0,95, evitando assim que esta componente conste na sua factura de energia e poupando anualmente bastante dinheiro.

Electricidade	Data inicial	Data final	Qtd.	Preço(€)	Valor(€)
En. Activa vazio normal (kWh)	2010-10-05	2010-11-03	2297	0,0650	149,31
En. Activa super vazio (kWh)	2010-10-05	2010-11-03	1531	0,0604	92,47
En. Activa ponta (kWh)	2010-10-05	2010-11-03	3152	0,1847	582,17
En. Activa cheias (kWh)	2010-10-05	2010-11-03	9392	0,0988	927,93
En. Reactiva cons. fora vazio (kvarh)	2010-10-05	2010-11-03	886	0,0212	18,78
Potência contratada 60,80 kW (dias)			30	0,0156	28,45
Potência horas de ponta 26,27 kW (dias)			30	0,3587	282,69
Termo tarifário fixo (dias)			30	0,8230	24,69

Figura 2. Exemplo de penalização tarifária por energia reactiva

Exemplo de Medida Sugerida: **Instalação de Bateria de Condensadores (40 kvar)**

Investimento (€)	Poupança Anual (€)	Poupança Anual (kWh)	Período de Retorno (anos)
1750	866	-	2

POUPANÇAS ESTIMADAS

Após o levantamento de todas as medidas que podem ser implementadas nas 33 instituições, é possível efectuar o cálculo associado à poupança de energia resultante da implementação das medidas. Importa referir que existem medidas onde é possível quantificar em concreto qual a redução obtida, como é o caso da substituição de luminárias por outras de inferior potência, mas existem medidas cuja quantificação é mais difícil, não resultando de um cálculo directo, e podendo somente ser estimadas com base em dados de experiências semelhantes efectuadas previamente. Tal é o caso das medidas comportamentais, que para efeitos deste projecto foram estimadas como tendo um potencial entre 1 a 5% no consumo total de electricidade.

Quadro 1. Estimativas de poupança com a implementação das medidas

Concelho	Poupança de Energia (kWh/ano)	Poupança Financeira (€/ano)
OEIRAS	78 801	12 025
CASCAIS	243 124	39 481
SINTRA	149 312	17 156
<i>Total</i>	471 237	68 662

INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO

Para identificar o impacto da medida e da intervenção em cada IPSS, foi elaborado um inquérito que pretendeu avaliar o efeito dos diagnósticos energéticos realizados. Esse inquérito foi elaborado para, em poucas questões, ser possível perceber se a medida foi uma mais-valia para a instituição e se o trabalho realizado poderá contribuir para uma redução de consumos da IPSS.

Foi solicitado aos interlocutores que pontuassem de 1 a 5 o trabalho realizado de acordo com um conjunto de indicadores reflectidos nas questões do inquérito:

1. A realização do diagnóstico energético foi uma mais-valia para a instituição?
2. O relatório de diagnóstico que lhe foi entregue foi suficientemente esclarecedor quanto ao trabalho realizado?
3. As medidas de melhoria sugeridas parecem-lhe úteis e adequadas?
4. Estão a contemplar implementar as medidas de melhoria que constam no relatório?
5. A existência de financiamento para a implementação das melhorias sugeridas seria decisivo para a execução das mesmas?
6. O trabalho realizado vai contribuir para a redução da factura energética mensal?
7. Como avalia a sessão de esclarecimento em utilização racional de energia que foi realizada no final do projecto?

Das respostas obtidas verifica-se não só a importância desta medida para as instituições envolvidas como a relevância dos resultados obtidos e do trabalho realizado. Esta conclusão é facilmente perceptível porque todas as instituições responderam com 4 e 5 valores (os valores máximos).

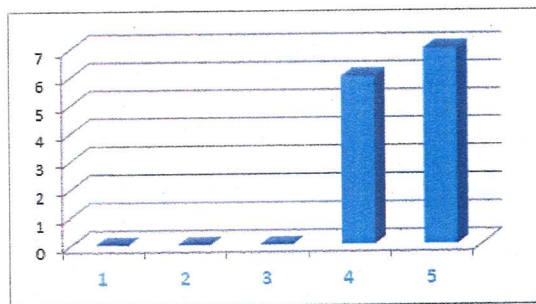


Gráfico 2. Nº de respostas vs pontuação (1 a 5) – Questão 1

Com base nas respostas aos inquéritos obtidos é possível aferir que as instituições reconhecem o bom trabalho e a clareza dos relatórios elaborados, mas também confirmam a necessidade de fontes de financiamento que permitam a materialização das medidas de optimização energética propostas.

RESUMO DE INDICADORES

Uma das partes mais importantes para avaliar os resultados deste projecto passa pela definição, e subsequente avaliação, de um conjunto de indicadores. Olhando para os objectivos iniciais a que o projecto se propunha, e aferindo os resultados alcançados após a sua conclusão, é possível reunir o seguinte conjunto de indicadores:

- ✓ 33 diagnósticos energéticos realizados em IPSS
- ✓ 167 pessoas envolvidas nas acções
- ✓ 5 sessões de esclarecimento
- ✓ 1 seminário de apresentação de resultados com 52 participantes
- ✓ 1 publicação final com os resultados do projecto
- ✓ 8 iniciativas de divulgação na imprensa, rádio e fóruns participativos

Face aos indicadores apresentados, entende-se que todos os objectivos foram cumpridos, tendo alguns sido inclusivamente superados.

SEMINÁRIO FINAL DO PROJECTO

Para assinalar a finalização oficial do projecto realizou-se em Oeiras um seminário de apresentação de resultados. Este seminário decorreu na Biblioteca Municipal de Oeiras no dia 21 de Novembro de 2013, tendo contado com 52 participantes.

Seminário “Eficiência Energética nas IPSS de Oeiras, Cascais e Sintra”

(Oeiras, 21 de Novembro de 2013)

Programa

Sessão de Abertura (Dr.ª Madalena Castro, Câmara Municipal de Oeiras)

O Programa PPEC (Prof. Pedro Verdelho, ERSE)

IPSS OCS: Apresentação de Resultados (Eng.º Jorge Cordeiro, OEINERGE)

Medidas de Eficiência Energética em IPSS (Eng.º Tomás Vilela, ADENE)

Testemunhos das IPSS (Dr.ª Ivone Félix, CERCIOEIRAS)

O Mercado Liberalizado de Electricidade (Prof. Pedro Verdelho, ERSE)

Sessão de Encerramento (Eng.ª Catarina Rosário, AMES)

O programa do seminário foi pensado de forma a abranger todas as etapas do projecto “IPSS OCS”. Foram apresentados os resultados alcançados, bem como as conclusões que surgiram da realização dos diagnósticos, nomeadamente a identificação das medidas de melhoria. Todas as apresentações do seminário estão disponíveis na página web da OEINERGE (*Agência » Documentos » Apresentações em Eventos*).

Para assinalar o evento, a CERCIOEIRAS foi convidada a produzir uma série de postais de Natal dedicados ao projecto, com ilustrações criadas para o efeito, pelos seus utentes, alusivas ao tema “energia”. São estas mesmas ilustrações que servem como separadores de capítulo na presente publicação.



Figura 8. Seminário Final



Figura 9. Seminário Final



Figura 10. Seminário Final



Figura 11. Seminário Final

Capítulo IV



Autor: Nuno Cabral (CERCIOEIRAS)

Capítulo IV: Divulgação da Medida

Divulgação da Medida

Num projecto onde a transmissão de conceitos e a partilha de ideias assumem particular relevância, a aposta na divulgação da metodologia, conclusões e resultados deve ser alvo de particular atenção.

Os parceiros do projecto procuraram, durante todo o período de implementação do mesmo, realizar diversas acções de disseminação, centradas em plataformas diversas e focadas em públicos distintos.

Newsletters da OEINERGE

“A *newsletter* trimestral da OEINERGE constituiu-se desde a sua primeira edição em 2004 como um dos principais veículos de divulgação das iniciativas em que a agência se encontra envolvida, contando actualmente com mais de 1 800 subscritores. Foram publicados 4 artigos alusivos ao “IPSS OCS”.”

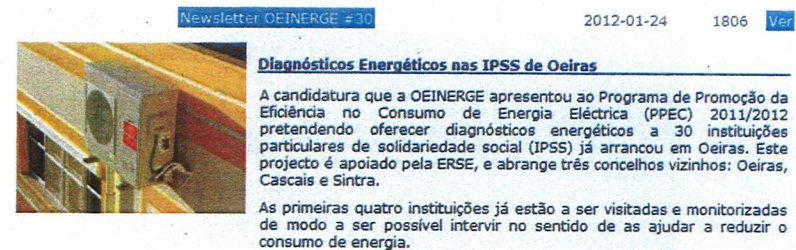


Figura 12. Newsletter OEINERGE (Janeiro 2012)

Artigos na Imprensa

Fruto das parcerias estabelecidas entre as agências de energia e os respectivos municípios, foram publicados artigos nas publicações municipais, nomeadamente na OEIRAS ATUAL (Maio 2013, tiragem de 70 000 exemplares) e no BOLETIM MUNICIPAL DE CASCAIS (Agosto 2013, tiragem de 135 000 exemplares).

Exposição no Encontro Anual Energy Cities

A cidade de Guimarães acolheu em 2012 o Encontro Anual da Rede Energy Cities, que decorreu durante entre os dias 9 e 11 de Maio. Para a ocasião, a RNAE, em colaboração com a ADENE, promoveu a realização de uma exposição de projectos das agências de energia nacionais, tendo a OEINERGE seleccionado o “IPSS OCS” para integrar o conjunto de projectos a expor.

A rede Energy Cities é uma associação composta por 1 000 municípios integrantes de 30 países que promovem continuamente a aposta na sustentabilidade energética.

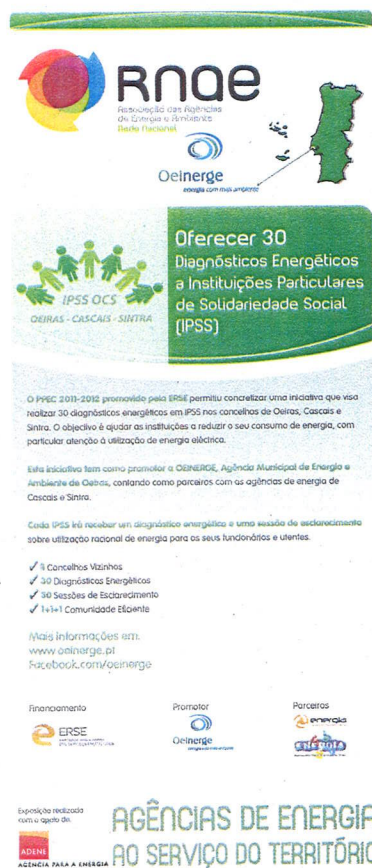


Figura 13. Poster “IPSS OCS”

Programa “Energia Positiva”, Rádio do Seixal

O programa “Energia Positiva”, da Rádio do Seixal, convidou o promotor do “IPSS OCS” a participar numa entrevista que foi para o ar no dia 22 de Novembro de 2013. A entrevista abordou a realização do projecto, e incidiu sobre as conclusões apresentadas no seminário final decorrido em Oeiras.

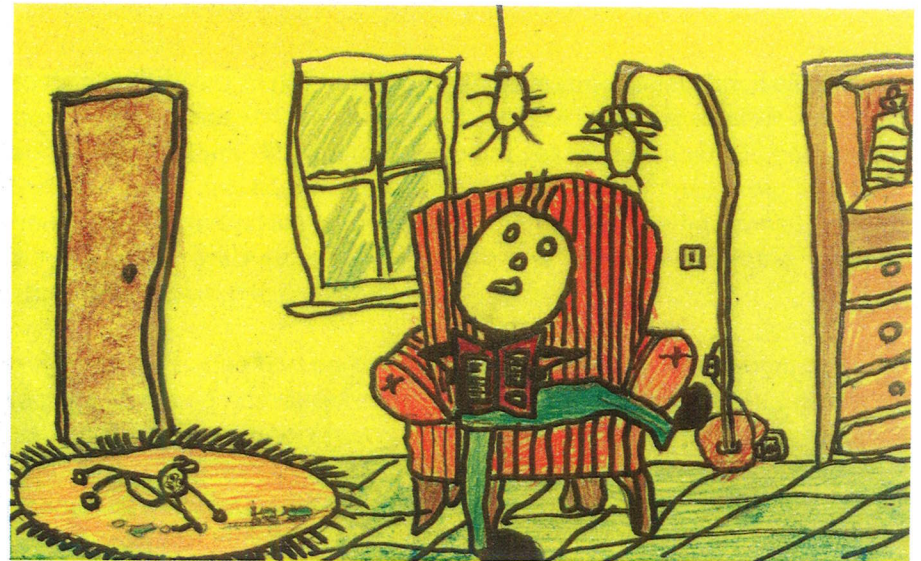
Outras Acções

Para além das iniciativas referidas, o projecto foi ainda divulgado nas redes sociais, na publicação “ECONOMIZAR” de Dezembro de 2013, e com a distribuição de postais alusivos ao “IPSS OCS” no seminário “Estratégias Para a Sustentabilidade Energética e Ambiental dos Territórios” decorrido em Palmela no dia 29 e Novembro de 2013. O roll-up produzido para o encontro de Guimarães esteve também exposto neste evento.



Figura 14. Postais de Natal “IPSS OCS”

Capítulo V



Autor: Ricardo Lopes (CERCIOIRAS)

Capítulo V: Conclusões
Conclusões e Efeitos Multiplicadores da Medida
Agradecimentos

CONCLUSÕES E EFEITOS MULTIPLICADORES DA MEDIDA

A realização de 33 diagnósticos energéticos em IPSS de três concelhos vizinhos permite obviamente ter uma amostra significativa da realidade afecta à utilização de energia nestas instituições. Desde logo é possível constatar o interesse que o tema “eficiência energética” desperta nas pessoas. Existe grande disponibilidade da parte de utentes e funcionários para aprender a gerir melhor o uso de energia, e interesse genuíno em tomar conhecimento com tecnologias que permitam melhorar o desempenho das suas infra-estruturas.

O tema “iluminação” é sem margem para dúvida aquele que surge com maior relevância na maioria das instituições. São raros os casos (e correspondem geralmente a edificações muito novas, que já foram concebidas com a eficiência energética em mente) onde não existe a possibilidade de intervir ao nível da substituição de luminárias. Substituir balastros ferromagnéticos por balastros electrónicos, ou proceder à substituição integral da luminária, são acções que apresentam períodos de retorno relativamente baixos e que correspondem a ganhos consideráveis no médio/longo prazo se for tido em conta o “tempo de vida” dos equipamentos.

Para um projecto que teve particular atenção à questão do consumo de energia eléctrica, torna-se relevante referir a frequência com que foram encontrados quadros eléctricos que apresentavam sinais claros de mau estado, necessitando de manutenção e especial atenção para garantir a segurança das instalações. Igualmente frequente foi a falta de informação existente em muitos quadros, sendo que muitos nem se encontravam devidamente sinalizados, o que dificulta consideravelmente qualquer tipo de acção de monitorização, ou eventual intervenção no próprio quadro eléctrico.

As acções de sensibilização em utilização racional de energia são também um exemplo da mais-valia que a informação direccionada pode representar. Existe muitas vezes a tendência de menorizar o efeito que estas acções podem ter, ou referir que são “coisas que toda a gente sabe”, mas o que se constatou nas sessões efectuadas no “IPSS OCS” foi que muitas das informações transmitidas eram recebidas com alguma surpresa por parte de vários participantes. Nomeadamente no que à utilização de electrodomésticos diz respeito. Estas acções ajudam não só a corrigir os maus hábitos, mas permitem desmistificar

algumas ideias erradas, como por exemplo num dos casos onde um dos participantes costumava colocar os alimentos quentes no frigorífico por assim ter sido aconselhado, ou outro caso onde um dos participantes costumava recomendar aos colegas que deixassem as luzes sempre acesas, pois assim gastavam menos do que se tivessem de as desligar e voltar a ligar durante o dia.

Não deixa de ser curioso verificar que a maioria das pessoas tem noção dos comportamentos errados. Com bastante frequência foram ouvidos comentários como “eu ando sempre a chamar a atenção para isso, mas...”.

São estas lições aprendidas, que resultam da concretização deste projecto, que se traduzem num efeito multiplicador que se pretende alcançar com a distribuição desta publicação. Boa parte das soluções encontradas para as 33 IPSS que participaram neste projecto são transversais a todas as outras IPSS que prestam respostas sociais similares, dado que muitas delas têm perfis de funcionamento similares. Os problemas encontrados são semelhantes, bem como as soluções para os mesmos.

Em termos de resumo, as principais conclusões da medida “IPSS OCS” podem ser enumeradas da seguinte forma:

- Existe grande interesse por parte das pessoas em aprender;
- Existe consciência dos maus hábitos praticados;
- Verifica-se alguma inércia na mudança de hábitos;
- Existe muito a aprender com acções de sensibilização em utilização racional de energia;
- Utilização correcta dos grandes electrodomésticos carece de informação;
- Maioria das IPSS necessita de melhorias ao nível da eficiência na iluminação;
- Falta de verbas e mecanismos de co-financiamento inviabiliza a troca de equipamentos por outros de maior eficiência.

AGRADECIMENTOS

Os autores da presente publicação gostariam de expressar a sua gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso desta iniciativa:

ERSE, pela promoção do PPEC que permitiu disponibilizar o financiamento integral desta medida;

Câmaras Municipais de Oeiras, Cascais e Sintra, pela colaboração dos técnicos que facilitaram a ligação com as IPSS de cada concelho;

GEOTERME e CEEETA-ECO, pelo profissionalismo e disponibilidade demonstrados na concretização dos trabalhos;

CERCIOEIRAS, por aceitar o desafio de convidar os seus utentes a criar o conjunto de ilustrações dedicadas ao tema “energia” que ilustram os separadores de capítulos desta publicação.

E por último, em especial, às pessoas que representam as 33 IPSS que aceitaram fazer parte deste projecto, e que acompanharam a realização destes diagnósticos energéticos com enorme dedicação, empenho e entusiasmo.

